aset

ASOCIACIÓN ARGENTINA DE ESPECIALISTAS EN ESTUDIOS DEL TRABAJO

Buenos Aires | 13-16 de agosto de 2003

6º Congreso Nacional de Estudios del Trabajo

Los trabajadores y el trabajo en la crisis

A GERAÇÃO DE EMPREGO E AS COOPERATIVAS ALTERNATIVAS

Bernardete Wrublevski Aued[1]

INTRODUÇÃO

Atualmente constatamos que, resultante das políticas de globalização dos mercados e das inovações científicas e tecnológicas, segmentos expressivos da população rural e urbana vêm enfrentando um processo de desemprego crescente que começa a preocupar as autoridades governamentais, lideranças políticas e intelectuais.

Por um lado, o desemprego agrava-se nos centros urbanos, onde ocorre simultaneamente o aumento da violência e a deterioração da qualidade de vida. Por outro lado, inúmeros atores sociais vêm ressaltando a importância de realização de um novo contrato entre a sociedade e o mundo do trabalho por meio de investimentos em projetos que visam o fortalecimento de pequenas cooperativas produtivas, de arranjos de sistemas produtivos geradores de oportunidades de emprego e renda, entre outras potencialidades.

Por meio do questionamento do modelo de desenvolvimento urbano-industrial implantado no país, que gerou impacto social negativo em diversas regiões do Brasil, abre-se a possibilidade de repensar um dos problemas cruciais de aglomerados urbanos e vilas rurais, o desemprego.

O acesso ao emprego tem se tornado mais difícil, o tempo na condição de desemprego tem aumentado, as formas de ajuda governamentais têm se revelado insuficiente. A seletividade dos trabalhadores torna-se imprevisível, sobretudo quanto à exigência de qualificação necessária para o emprego. A lógica de ação dos desempregados diversifica-se, mas predominam as saídas individuais e de eficácia pouco comprovada.

De maneira contrária à individual, as cooperativas de desempregados têm se mostrados mais eficazes no combate ao desemprego. No cenário político os atores sociais envolvidos nesses movimentos cooperativos - trabalhadores sem terra e trabalhadores urbanos desempregados ilustram e dão visibilidade à importância regional de iniciativas cooperativas na formação de lideranças e de arranjos locais.

Para os que estudam e trabalham com os desempregados, o estímulo de pesquisas sobre o combate do desemprego por meio do cooperativismo tem um significado primordial. A ampliação geral do trabalho, mas não do assalariamento, dificulta a caracterização do desemprego e impede a localização de soluções adequadas. O problema do desemprego é de difícil apreensão, a começar pela mensuração quantitativa. Longe de ser, apenas, uma questão técnica, confunde e disfarça, de muitas maneiras e sob muitas formas o que é estar desempregado: jornada parcial, temporária, sazonal e des-regulamentada. Que é então estar desempregado? Como definir e pensar o desemprego? Qual o tempo médio de duração do desemprego? Quais as estratégias coletivas adotadas para solucionar o desemprego? Quais os limites dos programas e das cooperativas de geração de emprego e renda? Quais os elementos facilitadores? Inúmeras outras questões poderiam ser levantadas. A teorização insuficiente impede que as soluções sejam encontradas. A cooperativa é uma solução?

As cooperativas de geração de emprego e de renda ressuscitadas, na atualidade, têm encontrado muitas barreiras ao serem implementadas. Na prática, a vida dessas cooperativas é permeada por muitas dificuldades, sendo raros os casos de existência de mais de cinco anos. As cooperativas encontram barreiras operacionais por desconhecimento de inovações tecnológicas, administrativas e de ações para a competitividade. A adoção da estratégia coletiva, na forma de

[1] Professora da Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Sociologia e Ciência Política, coordenadora do Núcleo de Estudos Sobre as Transformações no Mundo do Trabalho (TMT), Florianópolis, SC. E-mail: aued@cfh.ufsc.br

cooperativa, apesar dos impasses práticos, dinamiza as possibilidades e minimiza os custos sociais e econômicos. A análise das múltiplas tensões e significações do desemprego contribui para elucidar as metamorfoses da sociedade de uma maneira geral e, em particular, o lugar do trabalho como vetor de reconhecimento social e suporte de identidades pessoais e coletivas. Além disso, a ressurreição das cooperativas tem sido realizada em nome do caráter autogestionário, o que em termos de construção de uma nova hegemonia contém uma grande potencialidade.

Santa Catarina não possui pesquisa sobre a movimentação do emprego/desemprego[2]. A ausência de avaliação dessa movimentação cria dificuldades de diversas ordens, entre as quais, de ação eficaz no controle do desemprego e direcionamento de políticas e empreendimentos para ajudar a encontrar soluções (seja no campo de investimentos futuros, como no de qualificação e requalificação). Para a formulação de uma política de educação profissional, é necessário, no mínimo, conhecer os ritmos de crescimento, o aumento absoluto do emprego e a perspectiva quanto ao futuro. Ademais, há ainda outros aspectos relevantes a serem analisados da população empregada na estrutura ocupacional: é fundamental caracterizar setores e grupos ocupacionais quanto ao seu dinamismo tendencial, ou seja setores que mais crescem, que decrescem e em vias de estagnação. Dentro dessa ótica situamos a discussão do desemprego, um entre diversos e complexos problemas da estrutura ocupacional.

I. A GÊNESE DA CATEGORIA DESEMPREGADO

O fenômeno do desemprego tem uma 'similaridade' histórica com o surgimento da Sociologia. Ambos são manifestações de um contexto específico e coincidem com a desagregação da sociedade feudal e com a consolidação da 'civilização' capitalista. As transformações sociais, econômicas e políticas que ocorrem devido às revoluções francesa e industrial colocam problemas inéditos e fazem emergir pensadores do mundo social. O termo sociologia surge por volta de 1830, mas são os acontecimentos dessa dupla revolução que forjam o pano de fundo no qual se torna viável uma forma de pensar os problemas como questões sociais. A Sociologia é, de certa maneira, uma resposta dos intelectuais aos problemas sociais nascidos dessa dupla revolução.

O termo desemprego vem ao mundo, também no século XIX, bem depois do fato desemprego ter-se disseminado no meio dos trabalhadores. O termo advém da caracterização da ausência de emprego assalariado, a expressão mais acabada da forma capitalista insurgente. De certo modo, o desemprego é produto de acontecimentos que asseguram a emergência e o triunfo do burguês capitalista, que vai, pouco a pouco, concentrando máquinas, terras e instrumentos de trabalho. Sob o seu controle, converte massas humanas em trabalhadores assalariados. A implementação da nova relação social implicou, por sua vez, na desintegração de hábitos, costumes e fez desaparecer instituições. Em seu lugar, emergiu uma outra forma de produzir e organizar a vida que passa a ter como epicentro a máquina. O homem, o seu apêndice. Nesse processo, o trabalhador é submetido a uma severa disciplina, que por sua vez torna imperativo a aquisição de condutas e relações de trabalho inéditas daquelas que até então existiram.

A Sociologia, no seu desenvolvimento, desdobra-se em diversas vertentes e especialidades. Entre elas figuram a sociologia do desenvolvimento e do trabalho que privilegiam o objeto das formas do trabalho e dos trabalhadores, a divisão do trabalho, a capacitação para o trabalho e a aprendizagem profissionalizante. Nessa vasta produção teórico-sociológica, entretanto, são relativamente raras as abordagens sobre o desemprego.

---

[2] A fundação SEADE realiza pesquisa sistemática sobre o emprego/desemprego somente em seis regiões metropolitanas no Brasil: Rio de Janeiro, Curitiba, São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre. Na região metropolitana de Florianópolis, o SINE/SC realiza acompanhamento somente dos empregos regulamentados, através do sistema CAGED/RAIS e o DIEESE/SC faz pesquisas pontuais em determinados ramos da atividade econômica no Estado como, por exemplo, no setor do comércio, têxtil, ou metalúrgico. Essas duas instituições não possuem dados regionais sistemáticos sobre o desemprego, os setores em queda, estagnados ou em ascensão.

1. O MITO DO MERCADO DE TRABALHO

> *O estômago do rico [escreve] não está em proporção com os seus de desejos e não contém mais do que o de um tosco aldeão. É forçado a distribuir o que não consome ao homem que prepara da maneira mais delicada a pequena iguaria de que tem necessidade... Só os ricos escolhem, na massa comum, o que há de mais deliciosos e mais raro. Quase não consomem mais do que o pobre: e, apesar da sua avidez e do seu egoísmo, partilham com o último trabalhador o produto dos trabalhos que lhes mandam fazer. Mão invisível parece forçá-los concorrer para a mesma distribuição das coisas necessárias à vida que teria lugar se a terra tivesse sido dada em igual porção a cada um dos seus habitantes; e assim, sem ter essa intenção, mesmo saber, o rico serve o interesse social e a multiplicação da espécie humana.*
>
> (SMITH, 1983 340-341)[3]

Adentrando um pouco mais a percepção do problema em questão, podemos dizer que no século XVIII inexistem termos como desemprego e desempregado. A literatura da época, caracteriza desempregados indistintamente de pobres, indigentes, vagabundos e do conjunto de pessoas que não podem sobreviver sem o apoio de um seguro seja privado (caridade) ou público. Em geral, essas designações fazem referência a uma certa situação de incapacidade pessoal para prover necessidades e, não propriamente, à privação de trabalho (GEREMECK, 1995; CASTEL, 1995)[4].

No século XIX, quando o verbo "desempregar" entra em cena, numa linguagem corrente, ele passa a denominar uma interrupção de atividade que implica na perda de salário, independentemente de qualquer motivo. Nesse momento opera-se uma inversão radical. Um dia empregado, é um dia de trabalho e de salário e não é mais uma degradação, como sugere Castel. A condição de empregado assalariado nada tinha de dignificante. Assim, cair na condição de assalariado era equivalente a '*cair em desgraça'*, a ser condenado a viver de *'jornada de trabalho'* e sob o domínio da necessidade, como indica Castel:

> *a condição de assalariado, que hoje ocupa a grande maioria dos ativos e a que está vinculada a maior parte das proteções contra os riscos sociais, foi, durante muito tempo, uma das situações mais incertas e, também, uma das mais indignas e miseráveis. Alguém era um assalariado quando não era nada e nada tinha para trocar, exceto a força de seus braços. Alguém caia na condição de assalariado quando sua situação se degradava: o artesão arruinado, o agricultor que a terra não alimentava mais, o aprendiz que não conseguia chegar a mestre* (CASTEL, 1995: 21).

Com o advento da relação capitalista, inverteram-se os termos: o emprego assalariado, sinônimo de degradação, passa, do mais completo descrédito, ao estatuto de principal fonte de renda e de proteções e, é claro, como trabalho, como fonte de toda riqueza social. Paralelamente à tomada de consciência de que a liberdade sem proteção leva à pior servidão, à da necessidade, ocorre uma transformação no próprio trabalho. Ainda segundo Castel (1995), há homologia de posição entre os "inúteis para o mundo", personalizados pelos vagabundos de antes da revolução industrial, e as diferentes categorias de 'inempregáveis' (desfiliados, desqualificados ou invalidados), de hoje. O termo não é nada novo, mas os processos que produzem essas situações são homólogos e diferentes, quando relacionados em suas manifestações. O que é exploração da venda da força de trabalho naturaliza-se. O 'trabalho parece ser tudo na vida'. O caminho seguido pelo trabalho, vai das tutelas aos contratos, mas ele não é de modo algum linear, supõe descontinuidades, bifurcações e, mesmo, inovações.

> *O livre acesso ao trabalho, que se impõe no século XVIII tem uma dimensão revolucionária. A instituição do livre acesso ao trabalho é, sem dúvida, uma revolução jurídica tão importante quanto à revolução industrial, de que, aliás, é sua contrapartida. Na verdade reveste-se de uma importância fundamental de tudo o que a*

---

[3] SMITH, A. A riqueza das nações.São Paulo Abril Cultural, 1983.

[4] GEREMECK, *Os filhos de Caim*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995; CASTEL, R. *Les métamophoses de la question sociale.* Paris: Fayard, 1995.

> *precede. Quebra as formas seculares de organização dos ofícios e faz do trabalho forçado uma sobrevivência bárbara. A promoção do livre acesso ao trabalho fecha, assim, um longo ciclo de transformações conflitivas, pondo fim aos entraves que impediram o advento de uma condição salarial* (CASTEL, 1995: 44).

Antes da instituição da força de trabalho livre, por muito tempo, existem (entre os séculos XIV até o XIX) pobres, desfiliados e supranumerários, ou seja, indivíduos sem lugar social, classes que vivem perigosamente ou simplesmente na vagabundagem.[5] GEREMECK (1995) insiste na necessidade de estabelecer diferenças entre os pobres permanentes (mendigos de hábito, delinqüentes, saltimbancos, duendes) e os pobres de ocasião: operários regulares que, temporariamente, apresentam necessidades e que, pouco a pouco, serão qualificados como desempregados. Desta cisão, nasce a categoria desempregado, que vai se construindo à medida que os trabalhadores assalariados estáveis desempregam-se independentemente de sua vontade. Essa autonomização progressiva da categoria desemprego converge com a regularização do mercado de trabalho e advém da sociedade salarial.

Segundo Salais, em 1891, os desempregados não constituíam uma categoria específica dentro dos sem profissão – entre os quais se situavam os saltimbancos, as prostitutas e os boêmios – e nem mesmo no interior da 'população não classificada'. (SALAIS, 1999: 34). A primeira vez que surge uma separação entre vagabundos e desempregados ocorre em 1892, em Marselha. Por meio da fundação de uma instituição, cria um fundo de assistência e o seu funcionamento faz nascer, uma terminologia que diferencia o impostor do desempregado que procura emprego sem poder encontrá-lo:

> *A separação se funda na relação indivíduo e instituição, mediante a alocação de uma espécie de seguro subordinado à procura de um trabalho. O trabalho é considerado uma prova simples, rápida e conclusiva para distinguir o impostor que mendiga por preguiça, do infeliz que procura verdadeiramente trabalho, sem poder encontrá-lo*[6].

Nesse momento histórico, os personagens sociais apresentam-se difusos. As silhuetas são imprecisas dentro do nevoeiro e mal começam a ser decifradas. O que significa dizer que o desemprego é involuntário? Eis o enigma! Por meio de muitas abordagens essa manifestação é objeto de explicação. Nesse sentido, são relevantes as formulações de SMITH (1723-1790)[7] que rompe com explicações antecedentes e situa o trabalho social como fonte de riqueza. Além disso, diz que o mercado regula o trabalho, a "mão invisível" e reguladora de interesses individuais, e portanto, da oferta e procura do trabalho.[8] A importância de Smith não se deve apenas a essa formulação mas sobretudo porque, revela a '*verdade*' da época histórica: a sociedade não é organizada por seres divinos, mas pelo trabalho, cuja caricatura é a oficina de alfinetes. Por meio do trabalho, pela primeira vez na humanidade, aceita-se que o destino dos homens está em suas próprias mãos.

Se o trabalho é sinônimo de emprego e está diretamente relacionado ao funcionamento do mercado de trabalho, dele surge também o contrário de trabalho, o desemprego. Assim, quando há desemprego a 'culpa' é do mercado que está desaquecendo-se, ou quando ele se apresenta mais exigente e sofisticado. Se há desemprego é porque sobram empregos desqualificados e faltam empregados qualificados. Todas essas explicações convergem para o mercado que, por sua vez,

---

[5] Geremeck sistematiza categorias de vagabundos que se diferenciam na Itália, Alemanha, França e Espanha. GEREMECK, *Os filhos de Caim*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 308-312.

[6] A separação se funda na relação indivíduo e instituição, mediante a alocação de uma espécie de seguro subordinado à procura de um trabalho. *O trabalho é considerado uma prova simples, rápida e conclusiva para distinguir o impostor que mendiga por preguiça, do infeliz que procura verdadeiramente trabalho, sem poder encontrá-lo*. SALAIS, R. et alli. *L'invention du chômage*. Paris : Quadrige/PUF, 1999 p. 34.

[7] SMITH, A. *Teoria dos Sentimentos Morais*. São Paulo: Abril Cultural, 1983; SMITH, A. A riqueza das nações.São Paulo Abril Cultural, 1983.

[8] *O pai da economia política, Adam Smith, afirma ser uma 'mão invisível' a reguladora dos interesses individuais na busca de suas satisfações. Esse paradigma norteou a formulação teórica de todos os estudiosos da economia política até a crise de 1929/1933, período que evidenciou a não veracidade desse paradigma.* (Aued, 1987: 14).

estabelece que alguns vivam sob o seu manto, enquanto que outros, não tendo a mesma sorte, ficam desempregados. O enigma continua indecifrável. O desemprego é involuntário porque existe a 'mão invisível' guiando as pessoas.

Um outro autor, SAY, (1767-1832), explica o emprego por meio da lei da oferta e da procura. Quando diminui a procura por trabalho, os preços do trabalho baixam, e quando a oferta de trabalho declina, o preço sobe.

> *Quando a procura de trabalhadores fica aquém da quantidade de pessoas que se oferecem para trabalhar, os seus ganhos declinam abaixo da taxa necessária para que a classe pobre possa manter-se no mesmo número. As famílias mais sobrecarregadas de filhos e de enfermidades morrem: a partir de então a oferta de trabalho declina e, sendo menos oferecido o trabalho, o seu preço sobe.*[9]

De conformidade com a *Lei de Say,* a produção cria sua própria demanda. Um momento de criação de emprego impele as populações a trabalharem, sendo o contrário, também verdadeiro. Na base desse argumento está a relação de oferta e procura.[10] Todas as pessoas são, ao mesmo tempo, consumidores e produtores de algo e se encontram no mercado. As pessoas fazem escolhas, tudo se move pelas escolhas, que são infinitas. Se as pessoas não estão no trabalho, é porque elas não estão dispostas a venderem o seu trabalho pelo preço oferecido, logo, permanecer sem trabalho lhe dá maior satisfação do que o trabalho realizado por um determinado salário.

Na perspectiva da lei de mercado, que também regula a oferta e a procura de trabalhadores, não existe desemprego, pois o mercado, tende a buscar o seu próprio equilíbrio. Ainda uma vez mais o enigma se apresenta indecifrável. O 'ser invisível' continua elegendo algumas pessoas e preterindo outras, que são, simultaneamente, produtoras e consumidoras de algo. Nessa explicação, evidentemente, são as pessoas que realizam escolhas. O desemprego, no limite, seria uma escolha subjetiva ou uma deliberação pessoal. O ócio é preferível à pequena remuneração. O enigma que parecia revelar-se por inteiro continua indecifrável pois inúmeras outras perguntas surgem dessa constatação. Que é o salário? O que determina o preço do salário?

Esse texto não tem a pretensão de responder todas as perguntas. Continuemos, pois com o desemprego. De meados do século XIX até o seu final, em que pesem as dificuldades conceituais o desemprego se externaliza enunciando uma situação social inédita e que moldou a nossa época. Nessa situação, dois fatos ganharam destaque: a generalização do *sistema fabril* e o advento do *proletariado fabril* como força política autônoma.

> *Quando olhamos esse processo não podemos deixar de registrar a rapidez espantosa com que se processou. Essa foi, na verdade uma característica do século XIX: a vertiginosa aceleração da transformação social. Para um observador dos dia de hoje, a mudança técnica é parte de seu cotidiano; mas, 150 anos atrás, após milênios de estagnação e conservantismo, não. Certamente o impacto da navegação a vapor, das ferrovias, do telégrafo sem fio e do telefone, encurtando distâncias e criando a possibilidade efetiva de um mercado mundial, terá sido muito maior na vida das pessoas do que o causado pela internet e a comunicação global, através da fibra ótica ou dos sinais de satélite.*[11]

De um ponto de vista histórico os cem anos que se situam entre 1785-1875 foram de se sucederam uma produção de riquezas incomensuráveis, de crescimento e de mudanças para a humanidade. Esse processo, no entanto, não contribuiu, ao contrário, acentuou a desigualdade social, acarretando condições de vida desumanas em termos de habitação, alimentação, vestuário e condições de trabalho que duravam 16 a 18 horas diárias.

---

[9] O optimismo de Jean-Baptiste Say. (DENIS, 1974: 323).

[10] Essa lei, fundamental na teoria neoclássica marginalista explica-se por meio da função que mantém uma relação inversa entre preço e quantidade. Se o preço sobe, as pessoas estão dispostas a comprar menos; se os preços baixam, as pessoas estão dispostas a comprarem mais. Ver mais a respeito: (DENIS, 1974).

[11] TEIXEIRA, A. *Utópicos, heréticos e malditos*.São Paulo: Record, 2002 p.19.

Diante desse quadro não causará espanto que o termo emprego passe a ser comumente difundido em todas as regiões. Alguns números atestam a rapidez da difusão do processo:

> *Enquanto, ainda em 1820, existiam [na Inglaterra] cerca de 240 mil tecelões manuais, em 1844 já eram apenas 60 mil e em 1860 já haviam praticamente desaparecido (8 mil); enquanto, em 1820, eram apenas 10 mil os operários empregados em fábricas têxteis, em 1844 já eram 150 mil;* (TEIXEIRA, 2002: p. 19)

Portanto, o emprego, na forma assalariada passa a gerar novas indagações, explicações e instituições. Desenvolve-se a necessidade de formalização jurídica do contrato de trabalho. Surgem as primeiras formas de proteção do trabalho. Considerando aquilo que nos interessa, o desemprego, observamos que a legislação trabalhista e as instituições correlatas, em suas inúmeras leis e regulamentações apenas delimitam aquilo que não é o enigma. O enigma do desemprego continuava presente, aliás, aumentara de tamanho, virou fantasma, tornou-se um problema social.

2. 1929 E A GRANDE CRISE DE SUPERPRODUÇÃO

> *O mundo demorou a perceber que estamos vivendo, este ano, à sombra de uma das maiores catástrofes econômicas da história moderna. Contudo, agora que se tornou consciente do que está ocorrendo, o homem da rua, desconhecendo o porquê e os seus desdobramentos, está tão cheio de um medo que pode mostrar-se excessivo quanto, anteriormente, ao iniciarem-se as dificuldades, carecia do que poderia ter sido uma razoável ansiedade. Ele começa a duvidar do futuro. Estará agora despertando de um sonho agradável para enfrentar a escuridão dos fatos? Ou mergulhando num pesadelo que passará?*
>
> (KEYNES, 1978: 28)[12]

Em torno de 1930 passam a existir grandes crises mundiais que se sucedem ao *crash* das bolsas, em Nova York. Aparecem também transformações sócio-econômicas que mudam a feição do trabalho. O enigma do desemprego assume feições assustadoras, multiplica-se veloz e vorazmente. Nesse contexto as formulações de Keynes (1883-1946) qualificam o desemprego. Num certo sentido, reforça a existência do desemprego involuntário, mas admite que pode até existir a pessoa que quer trabalhar por bem pouco sem conseguir encontrar esse emprego.O autor percebe que essa manifestação é cada vez mais constante na realidade. Diz Keynes que é possível existir 5%, 6% ou 10% de pessoas que queiram trabalhar, todavia não encontrem lugar para fazê-lo e conclui que somente o Estado, por meio de adequada política econômica, pode gerar uma situação de pleno emprego. As sucessivas crises (o desemprego britânico dos anos 1921-1929 e o desemprego americano de 1933-1939) impelem o autor a analisar os motivos e as variações da produção e do emprego. Para corrigir problemas surgidos no sistema econômico, como o desemprego, o autor propõe a intervenção do Estado, única instituição que tem capacidade de conferir equilíbrio ao sistema econômico de uma nação. Assim, indica a necessidade de implementação de medidas que incrementem o pleno emprego e desencorajem o entesouramento individual. Keynes já defendeu essas idéias antes da grande crise de 1929, mas ele somente as organizou num corpo teórico em 1936, na obra "Teoria Geral". Uma vez publicado, esse estudo desencadeou grande repercussão principalmente quanto ao imperativo incrementar o pleno emprego.

Mais ou menos nessa mesma linha de explicação Shumpeter (1882-1950)[13] pretende ampliar a compreensão da categoria desemprego, mas ainda a circunscreve aos limites das formulações que tem como epicentro o mercado. A geração de empregos, no mercado, é uma situação passageira e é

---

[12] KEYNES, A. Keynes/ Kalecki. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
[13] SHUMPETER, J.A. *Teoria do Desenvolvimento Econômico.* São Paulo: Abril Cultural, 1983.

o resultado de um processo permanente de criação-eliminação de empregos. O emprego se desenvolve em ondas sucessivas e vem, de acordo com tal formulação, acompanhado de incessante elevação do nível de vida. A história do emprego é também a história de um processo em constante superação de si mesmo, no qual certas ocupações tornam-se obsoletas por meio do progresso técnico, que aumenta a produtividade e que possibilita satisfazer uma demanda com menor quantidade de braços.

O produtor econômico é, na verdade, um eterno inovador no sentido de criação de novos mercados. Ele promulga as mudanças econômicas. Nessa mudança, o desemprego não é problema, mas uma solução, uma vez que se abre a possibilidade para as figuras dos profissionais obsoletos e desempregados tornarem-se **empreendedores inovadores.**

> *Na vida econômica deve-se agir sem resolver todos os detalhes do que deve ser feito. Aqui o sucesso depende da intuição, da capacidade de ver as coisas de uma maneira que posteriormente se constata ser verdadeira, mesmo que, no momento, isso não possa ser comprovado, e de se perceber o fato essencial, deixando de lado o perfunctório, mesmo que não possa demonstrar os princípios que nortearam a ação.*(SCHUMPETER, 1983: XII).

A inovação constante, a criação de novos mercados e a ação do empreendedor deflagram, portanto a mudança econômica. Nela, os consumidores são educados, eles são educados a desejarem novas coisas, ou coisas que diferem de alguma forma daquelas que eles têm o hábito de consumir. Nessa formulação, o desemprego, produto da 'destruição criadora', viabiliza a realização do sonho do trabalhador assalariado em ter autonomia.

A contra-tese do mercado, sistematizada ainda no século XIX, aponta algumas imprecisões da teoria que a fundamenta. Mas, o que é o mercado? Uma determinada relação, historicamente configurada. Desse modo, se o mercado possui certas características, elas são atribuídas por pessoas da mesma maneira que criaram as trocas, as mercadorias ou o dinheiro. De fato, conhecemos uma 'lei de mercado' exemplar, quando chove. Nesse momento, aparecem inúmeros vendedores de sombrinha e de guarda-chuvas e, igualmente, saci-pererês, gnomos, duendes, bruxas e outros mais.

A lei, que por certo é produção humana e histórica, diz respeito à maneira como os homens organizam concretamente a vida social. Eis o enigma: não é a abstrata 'mão invisível' do mercado como sugerem Smith, Say ou Shumpeter que organiza a vida humana. Contrariamente ao mito do mercado, o desemprego é engendrado na relação social capitalista: a lei que emprega é a mesma que desemprega, portanto, o desemprego é algo historicamente configurado. Nesse sentido, não se sustentam as formulações que concebem o desemprego como um mal inevitável ou ainda, como uma decorrência de conjuntura passageira.

3. O DESEMPREGO DE LONGA DURAÇÃO

Decifra-me ou devoro-te

O terceiro momento decisivo na construção da categoria desempregado ocorre recentemente, ou seja, desde o final dos anos setenta e, sobretudo, nos anos noventa. Em 1987, a Comunidade Econômica Européia contabiliza 4 milhões de pobres. A criação de "Restaurant du Coeur" na França, e a aparição de novos personagens sociais, os *sem domicílio fixo* por quase toda a Europa revelam a fisionomia social da época. A crise do petróleo, as novas tecnologias informacionais e a denominada reestruturação produtiva, são alguns dos traços que aceleram o desemprego e principalmente conforma a nova versão do desempregado, que passa a ser cada vez mais,freqüentemente, de longa duração. É nesse contexto que surge o terceiro momento relevante na trajetória do desemprego.

Na verdade, desde 1961, o francês Ledrut faz alusão (pioneira) a uma certa Sociologia do Desemprego, evidenciando a necessidade de ampliar a reflexão sobre esse problema social.

(LEDRUT: 1966)[14] Entretanto, somente estudos mais recentes vão eleger o desemprego como algo relevante.

No Brasil, o problema não integra as pesquisas da Sociologia com a mesma ênfase que na França, ainda que ele tenha sido secundariamente abordado no corpo de diversas explicações sociológicas[15].

O desemprego também não foi catalogado como uma questão merecedora da análise realizada por mestres e doutores que integram o sistema Urbandata-Brasil[16], o que não significa que não seja um problema para algumas pessoas, no Brasil. OLIVEIRA, na Conferência magistral do XXI Congresso da Associação Latino-americana de Sociologia (ALAS) lembra que o presidente FHC, na época, faz alusão ao problema criando o neologismo 'inempregáveis' para designar aqueles que não terão chance dentro da nova ordem globalizada. (OLIVEIRA, 1997: 37)[17]

Até onde conhecemos, o tema não faz parte dos encontros anuais da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa em Ciências Sociais), à exceção do ano de 2002, com o trabalho de GUIMARÃES (2002)[18].

A escolha do desemprego e os desempregados como problema de pesquisa, mediante o seu agravamento, ganhou notoriedade somente no final da década de noventa do século XX, quando surgiram algumas análises, mais entre as Ciências Sociais do que propriamente na Sociologia. A Sociologia Francesa lidera o empreendimento (TOPALOV, 1994; DEMAZIÈRE, 1994; DEMAZIÈRE E PIGNONI, 1998)[19]. Entre esses autores, DEMAZIÈRE merece destaque na medida que formula a abordagem do desemprego na perspectiva da identidade coletiva e, principalmente, de longa duração.

A alusão privilegiada às estratégias coletivas, uma entre as demais possibilidades frente ao desemprego, aponta para a crítica de saídas individuais. Nos dias de hoje, não é raro o desempregado acelerar individualmente a sua busca frenética aos certificados em cursos de curta duração. Na maioria das vezes eles são autofinanciados. Informática, inglês ou empreendedorismo são algumas das estratégias individuais abraçadas, quase sempre, de eficácia duvidosa no sentido de frear a onda de desempregos em ascensão. A adoção da estratégia coletiva frente ao desemprego é sugerida por DEMAZIÈRE (1998) como uma questão qualitativamente distinta uma vez que desde o início, todos já se autodefinem desempregados. Portanto, esse é um elemento facilitador da caracterização social dos atores.

A estratégia coletiva, na forma de associação ou cooperativa, também é valorizada por BOAVENTURA SOUZA SANTOS pois ambas apontam para a recorrência do problema do

---

[14] LEDRUT, E. *Sociologie du chômage. Paris: PUF, 1966.*

[15] Entretanto, inúmeras pesquisas que tangenciam a questão do desemprego, como. Como exemplo, citamos algumas discussões que marcaram época, nas décadas de setenta e oitenta, ao refletirem questões como subdesenvolvimento, marginalidade social, pobreza urbana, informalidade, mercado de trabalho e nelas o desemprego quase sempre está contemplado, porém, não se pode dizer que tem sido objeto rigoroso da análise sociológica. A questão, quando é analisada, aparece concomitante com outras que tem centralidade.Lembremos, por exemplo, das discussões empreendidas por: KOWARIC, L. *Capitalismo e marginalidade social na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979; PEREIRA, L. *Ensaios de Sociologia do desenvolvimento*, São Paulo: Pioneira Editora, 1970; BERLINCK, M. *Marginalidade social e relações de classe em São Paulo.* Petrópolis, Vozes, 1975.

[16] Nesse sistema, que atualmente tem catalogado 10.377 trabalhos entre os quais, teses, dissertações de mestrado e artigos de iniciação científica, 28% deles foram defendidos na área de sociologia. Nenhum desses trabalhos contemplou o desemprego como objeto central de análise, no máximo ele tem sido considerado uma das manifestações do mercado de trabalho. O sistema Urbandata-Brasil foi analisado por COSTA, L.G. e MEDEIROS, L. *Mercado de trabalho: uma análise das teses e dissertações* (1921-2000). No prelo.

[17] OLIVEIRA, F. Vanguarda do atraso e atraso da vanguarda. In: *Revista Praga*. São Paulo, Hucitec, vol nº 4. 1997.

[18] GUIMARÃES, N. A. Por uma Sociologia do desemprego. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17 nº 50 outubro de 2002.

[19] TOPALOV, C. *Naissance du chômeur* (1880-1910). Paris: Albin Michel, 1994 ; DEMAZIÈRE, D. *Le Chômage en crise? La negotiation des identités des chômeurs de longue durée*. Lille: PUL, 1994. ;DEMAZIERE, D. e PIGNONI, M. T. *Chomeurs: Du Silence À La Revolte*. Paris : Hachette, 1998.

desemprego e ademais, elas se inserem dentro da perspectiva experimentação produtiva não capitalista (2002)[20].

II. CAMINHOS DA PRODUÇÃO ANTICAPITALISTA E AS ALTERNATIVAS AO DESEMPREGO

1. A DIMENSÃO OCULTA

Quantos são os desempregados no Brasil? No México? Na Argentina? Em 1997, Oliveira assim se expressou dando uma noção de quantidade e, sobretudo apontando para as dificuldades de apreender o desemprego:

> *O México já é hoje um caso clássico de rigidez excludente. Ninguém seriamente aposta que qualquer revitalização da economia Mexicana possa repor a imensa massa de subempregados que em qualquer calçada mexicana estão a vender – suprema ironia - garrafinhas da água mineral de elite, a Perrier francesa. Na Argentina, cinco anos de estrondoso sucesso do Cavallo que caiu do cavalo (isto é, do Menem) produziram uma massa de desemprego que teima em permanecer em irredutíveis 17/18%, fenômeno único na história Argentina que sempre se caracterizou por pleno emprego desde os dias da grande entrada do país austral como fornecedor de alimentos no mercado mundial. Em todos os outros o registro é do mesmo tipo. O Brasil apresenta a saudável taxa de desemprego de 6% da PEA, com um incremento de 1,52% entre maio de 96 a maio de 97, mas os resultados para a capital econômica, toda a Grande São Paulo, medidos pelo convênio SEADE/DIEESE elevam-se ao patamar de 15,7% em julho de 97, muito próximo do argentino. Estimativas que levam em conta o desemprego disfarçado nos milhares pontos de venda do imenso bazar persa em que se transformaram, praticamente, todas as grandes cidades da América latina. Autorizam supor que desemprego aberto mais desemprego disfarçado alcançam entre 30 a 50% da PEA, dependendo do país.*[21]

As estatísticas atuais prosseguem evidenciando o agravamento do problema dos desempregados que os governantes e a classe dominante pretenderam segregar, reforçando o *apartheid* instituído no Brasil.

Entre o total de 2,5 milhões de desempregados, segundo o IBGE, 40% ***têm 11 ou mais anos de estudo***. Do total, 663 mil desempregados têm *de 8 a 10 anos de estudo*. O grupo de desempregados, *com menos de oito anos de escolarização*, é de 843 mil.

Nas regiões metropolitanas brasileiras, a distribuição do desemprego se assemelha ao contexto nacional. Em todas as regiões metropolitanas pesquisadas, a faixa com menor número de desempregados é a intermediária, com *entre 8 e 10 anos de estudos*. O grupo de desempregados, com *menos de 8 anos de escolarização*, é de 65 mil e são 64 mil os que têm *11 ou mais anos* de escolarização. Finalmente, são 46 mil aqueles que se apresentam *entre oito e 10 anos* de anos inserção escolar.[22]

2. DE UMA INDUSTRIALIZAÇÃO FLORESCENTE AO DESEMPREGO

Analisando o processo de industrialização em Santa Catarina, observamos que os estabelecimentos industriais, na atualidade, representam 17,7% do total de estabelecimentos, e na indústria catarinense concentram-se 33,1% dos empregos formais do Estado. Os 313 mil empregos

---

[20] BOAVENTURA SOUZA SANTOS. (org) *Produzir para viver*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.
[21] OLIVEIRA, F. Vanguarda do atraso e atraso da vanguarda. In: *Revista Praga*. São Paulo, Hucitec, vol nº 4. 1997 p. 35.
[22] Fonte IBGE. In: Jornal *Diário Catarinense* de 29 de abril de 2003. p.17.

industriais, neste estado, correspondem a 7% dos quase 4,5 milhões de empregos formais na indústria nacional.

O estado começa o século XX com uma forte onda industrializante. A mundialização engendra novas configurações econômico-sociais e outros personagens. O estado não é mais entreposto, passagem de tropeiros do sul para o centro do país; não fala, a não ser excepcionalmente, apenas a língua tupi-guarani ou xokleng, mas alemão, italiano, húngaro e polonês. Novas culturas e identidades surgem e novas categorias analíticas precisam ser incorporadas na descrição do estado catarinense: heterogeneidade de língua, de cultura, de etnia e de formas de assalariamento. O imigrante é assalariado fabril, personagem social operário, agora mensurado aos milhares, agrega o conteúdo social da etnia e torna-se singular. Não é simplesmente trabalhador assalariado, mas de origem alemã, italiana ou brasileira. A mesma singularidade apresenta-se entre os empresários capitalistas.

Nesta trajetória complexa, é importante remarcar que o processo de industrialização consolida-se. Mas, desde a década de 1970 em diante, no Brasil como Santa Catarina, os assalariados vivem momentos distintos dos que viveram até então. A opção pela industrialização – fábricas com muitas pessoas trabalhando – começa a apresentar dificuldade para manter-se em funcionamento, isto por problemas externos e internos. Há a crise do petróleo, a extinção da conversão do dólar em ouro (fim do acordo Breton Wood) e esgotamento do padrão industrial fordista. A crise manifesta-se também no sistema financeiro, alguns bancos quebram e outros se fundem. Nesse momento, difunde-se a tecnologia informacional, fruto de elevada especialidade. Cresce a produtividade e decrescem as oportunidades de trabalho.

3. POSTOS DE TRABALHO SÃO DESTRUÍDOS

Concomitantemente à destruição de postos de trabalho, no Brasil, surge o desemprego e as suas seqüelas começam a ser conhecidas: mestres, contramestres, soldadores, enfim, como lembra Salm, são ocupações masculinas, sendo basicamente o "chefe de família" aquele que mais perde o emprego.[23]

> *Em 1999, por exemplo, o Brasil assumiu a terceira posição no ranking mundial do desemprego, pois possuía, segundo dados da PNAD do IBGE, 7,6 milhões de pessoas sem trabalho. No total do desemprego, o Brasil perdeu apenas para Índia, Indonésia e Rússia.*
> *Em 1986 o Brasil ocupava a décima terceira posição no ranking do desemprego mundial. Mas, desde o início da década de 1990, o desemprego ganhou maior dimensão, sendo, a partir de 1994, responsável pelo estabelecimento do país entre os quatro países do mundo com maior número de trabalhadores sem ocupação.*[24]

Tabela 1 Postos de Trabalho Destruídos, Segundo o Código Brasileiro de Ocupações

Brasil Período: 1991 a 1996

Ocupações	Empregos perdidos	%
Técnicos, desenhistas, tecnólogos.	81.773	14,6%
Mestres e contramestres.	89.628	16,0%
Torneiros, ferramenteiros, usinagem de metais.	104.530	18,6%
Ajustadores, montadores, mecânicos de máquinas.	87,007	15,4%
Soldadores, encanadores, chapeadores, caldeireiros.	51.939	9,2%
Trabalhadores da construção civil.	36.236	6,4%

[23] Ver a respeito DEMAZIERE, D. *La sociologie du chômage*. Paris: La Découverte, 1995; *Le chômage en crise? La négotiation des identités des chômeurs de longue durée*. Lille: Presses Universitaires, 1992; *Le chômage de longue durée.* Paris: Presses Universitaires, 1995; DEMAZIERE, D. et PIGNONI, M. T. *Chômeurs: du silence à la révolte.* Paris: Hachette, 1998; DEMAZIERE, D., HELLEBOID, M. et MONDOLONI, J. *Longue Durée. Vivre en chômage.* Paris: Syros, 1994.

[24] POCHMANN, M. *O emprego na globalização*. São Paulo: Boitempo, 2001.

Operadores de máquinas fixas em indústrias de serviços de utilidade pública.	46.942	8,3%
Condutores de veículos de transporte (marítimos, ferroviários, rodoviários).	63.747	11,4%
Total de postos perdidos nessas ocupações.	561.802	100,0%

Fonte: SALM, C. *Tecnologia trabalho e emprego*. Rio de Janeiro, 1997, p.67-72-CAGED/Mtb. xerox.

Em Santa Catarina, mantido o índice de probabilidade, a situação não se diferencia muito da nacional, entre 1990 e 1999, quando os desligamentos são maiores do que as contratações.

Tabela 2 **FLUTUAÇÃO ANUAL DO EMPREGO FORMAL EM TODOS OS SETORES ECONÔMICOS SANTA CATARINA Período: 1990 a 1999**

ANO	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO	VARIAÇÃO EMPR.(%)
1990	340 387	387 655	**-47 268**	-5,19
1991	295 004	319 746	**-24 742**	-2,86
1992	236 085	253 695	**-17 610**	-2,10
1993	304 606	287 759	**16 847**	2,05
1994	365 911	341 329	**24 582**	2,93
1995	394 830	416 195	**-21 365**	-2,48
1996	327 391	344 106	**-16 715**	-1,99
1997	351 628	348 340	**3 288**	0,40
1998	327 268	347 095	**-19 827**	-2,39
1999	378 580	362 891	**15 689**	1,94
TOTAL	**3 321 690**	**3 408 811**	**-87 121**	**-9,56**

FONTE: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Lei 4923/65

Elaboração: Setor de Informação e Análise do Mercado de Trabalho - SINE/SC

A descrição não é, portanto, a meta principal, mas apenas a base sólida e contínua sobre a qual nossas idéias dever-se-iam apoiar.

4. MOVIMENTOS ALTERNATIVOS EM SANTA CATARINA: BREVES TRAÇOS

No intuito de remar na contra corrente dos números e da gravidade social do desemprego, no Brasil atual, encontramos diversas alternativas que procuram soluções ao problema.

No âmbito governamental, diferentes iniciativas estão sendo alimentadas. Reconhece-se a capacidade competitiva das cooperativas de geração de emprego e renda. No entanto, o governo ainda elege como "público-alvo" o desempregado individualmente considerado. Eles seriam aqueles que apresentariam condições de serem transformados em 'empresários viáveis', por meio da incorporação de tecnologias e do desenvolvimento de uma racionalidade competitiva, voltadas para as demandas do mercado.[25] A potencialidade adquirida em virtude da somatória de indivíduos, experiências, culturas e conhecimento, é exaltada no Documento do CNPq "Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social" que estabelece como 2ª prioridade, o incentivo aos "arranjos e sistemas produtivos locais".[26]

Entretanto, a busca de soluções ao desemprego tem sido mais expressiva fora da esfera governamental. Segundo Singer no presente são significativas as ações de ressurreição na contra-corrente da ordem capitalista. Essas iniciativas possuem significados distintos e estão designadas por

[25] Boaventura Santos lembra que em outras partes do mundo também estão sendo desenvolvidas experiências similares, como por exemplo, na Espanha , na Colômbia, na Índia e em Moçambique, entre outros. Ver mais a respeito: BOAVENTURA SOUZA SANTOS. (org) *Produzir para viver*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.

[26] Conforme documento "Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social", disponível no site www.cnpq.br

muitos nomes: economia do trabalho (CORAGGIO: 2003)[27] economia social (WAUTIER: 2003)[28] economia popular (MERCEDES, ICAZA e TIRIBA: 2003)[29] ou ainda, economia solidária (SINGER: 2002). Apesar dos nomes diversos, essas economias assemelham-se num ponto: são autogestionárias. Além disso, caracterizam-se por um triplo aspecto: são experiências fundadas nos princípios de solidariedade, na adesão livre e na ausência de lucratividade individual.

> *Os três pilares dessa economia são as cooperativas, inseridas na economia mercantil, as mutualidades, inseridas na economia não mercantil com o aval do Estado-Providência; as associações, caracterizadas pelo trabalho de proximidade.* (WAUTIER, 2003: 110).

Em termos históricos, essa outra economia que surge, concomitantemente, ao advento dos sindicatos não é um fato recente. As mutualidades datam de 1849[30], as cooperativas desde 1894 (na França e, pouco depois, no Brasil) e as associações, na virada do século XIX.

Segundo MASSI, as cooperativas, no Brasil, possuem existência desde o início do século XX e são legisladas, pela primeira vez, por meio do Decreto-Lei 979, de 06 de janeiro de 1903. No artigo 10 desse Decreto-Lei abre-se a possibilidade da constituição de Caixas de Crédito, de Cooperativas de Produção e de Consumo.

Anos depois, o empreendimento cooperativo adquire feição jurídica e legal por meio da instituição do Decreto-Lei nº 22 239 de 1932, que cria a Primeira Lei Orgânica do Cooperativismo Brasileiro. E em 1988, com a elaboração da Constituição vigente funda-se o Sistema Cooperativo Brasileiro, sem a tutela governamental e com traços autogestionárias [31].

Em território catarinense o movimento cooperativo se faz presente, pelo menos desde o final do século XX. Nesse sentido, podemos observar o surgimento do "Falanstério do Saí", em 1842, na região do Saí, em Joinville. A criação tem inspiração em Fourier. Projetado para aglutinar imigrantes numa forma de coletivismo agrícola, teve vida efêmera mas ainda restam vestígios, na região, da experiência.[32]

Na contracorrente do processo de consolidação da ordem capitalista e no intuito de criar formas imediatas de sobrevivência, destacamos duas grandes vertentes de geração de emprego e renda, ambas engendradas por meio de movimentos coletivos: a primeira, envolve um conjunto de organizações Econômicas e Populares (OEPs) e são fundadas sob os auspícios de diversas Pastorais da Igreja Católica (Pastoral da Terra dos Sem Teto, da Pastoral da Comunidade, entre outras). Essas iniciativas datam de 1989. Elas consistem no fortalecimento de ações de grupos de auto-ajuda, de assessoria de pequenas iniciativas comunitárias de geração de emprego e renda. De uma forma mais ou menos similar ao país, no início dos anos 80, o desemprego ou as suas diversas formas (trabalho temporário, parcial sazonal e precário) aumentam em Santa Catarina. Nas áreas de predomínio de atividades agrícolas de cunho 'familiar' evidenciam-se dificuldades de manutenção e ou reprodução social e econômica dessas unidades. Nas cidades, tanto na agroindústria como na indústria, adotam-se tecnologias que asseguram o desenvolvimento de produtividade com redução de postos de

---

[27] CORAGGIO, J.L. *Política social y Economia del trabajo: alternativas a la política neoliberal para a ciudad*. Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2001.

[28] WAUTIER, A. M. Economia Social na França.In: CATTANI, A. *A outra Economia*. São Paulo: Veraz , 2003.

[29] Citados em CATTANI, op cit.

[30] Linhares faz alusão a diversas associações e mutualidades fundadas no final do século XIX como por exemplo: Associação de Socorros Mútuos em 1873, que depois será denominada Liga Operária; Associação de Auxílio Mútuo dos Empregados da Tipografia Nacional; União Beneficente dos Operários de Construção Naval em 1884; União do Trabalho, na cidade do Rio Grande, em 1892; Liga dos Trabalhadores em Madeira, em São Paulo, em 1906, entre outros. Havia ainda, na época, mais de uma centena de jornais que expressavam organizações e associações anticapitalistas como Jornal do Povo (1879); A Lanterna (1873); O Proletário (1877); La Bataglia (1905); Avante (1904); O Libertário (1904); Ver mais a respeito: H. LINHARES, *Contribuição à história das Lutas Operárias no Brasil*. São Paulo: Alfa e Omega, 1977. p. 34-48.

[31] MASSI, J. *Diagnóstico da Cooperação Agrícola na Região Oeste de Santa Catarina*. Trabalho de conclusão de Curso de Agronomia na UNOESC (Chapecó) 2000. p. 35.

[32] O falanstério do Saí???

trabalho, o que contribui para aumentarem as dificuldades de algumas pessoas. O resultado é conhecido: ampliação do trabalho, porém não do assalariamento. [33]

A segunda vertente consiste na forma de cooperativa e elas representam uma força expressiva na geração de emprego e renda no Estado. Num esforço de dimensionamento MASSI catalogou 346 organizações cooperativas em 77 municípios do Oeste de Santa Catarina. O autor sistematizou as organizações em 5 grupos, a saber: associações sem fins lucrativos representando 52,6%; grupos de cooperação (36,7%), cooperativas (5,5%), condomínios (4,3%) e clubes de integração e de troca de experiências, perfazendo 0,9% (MASSI, 2000: 45).

A amplitude do movimento engendrou a Associação de Pequenos Agricultores do Oeste de Santa Catarina (APACO) que se proporciona assessoria técnica e política aos empreendimentos cooperativos e associativos.

Entretanto, sabemos que há cooperativas e cooperativas. Sem demérito às demais experiências focalizamos a atenção naquelas que nasceram e estão diretamente relacionadas ao surgimento de movimentos sociais mais amplos reafirmando o caráter da identidade coletiva como propõe DEMAZIÈRE (1998): o reconhecimento do caminho coletivo, a solidariedade e a autogestão fazem com que essas modalidades de alternativas ao desemprego sejam singulares, re-invenções da emancipação social, como sugere BOAVENTURA SANTOS 2002). Esse recorte reabre o debate sobre questões universais como sociedade, poder, revolução mas, também aponta para um processo em curso, no Brasil e, fora dele, de construções, não hegemônicas de produção. Seriam elas não capitalistas? Anticapitalistas?

O recente aumento dessas experiências evidencia que o sistema social tem sido confrontado como um todo. A venda da força de trabalho, o pressuposto da acumulação, está sendo destruída. Por um lado, temos a ampliação do trabalho, mas não necessariamente das formas de assalariamento. O esgarçamento do tecido social abre, por outro lado, ao surgimento de formas de organização e de enfrentamento que vários séculos de dominação não conseguiram arrefecer. A manifestação da realidade, no plano prático, não implica aceitação, mas reflexão crítica. Essas experiências são frágeis e muitas delas possuem vida efêmera. A reflexão trazida, antes de diminuir o seu potencial procura ampliá-la, à luz tanto da teoria como da prática.

- **A COOPERMINAS, EM CRICIÚMA**

Uma experiência marcante de autogestão ocorre em 1987, com a criação da Cooperativa de Trabalhadores Mineiros (Cooperminas), em Criciúma, antiga Companhia Brasileira Carboquímica de Araranguá (CBCA), nascida em 1917. A Cooperminas é o resultado da ação de trabalhadores que assumem uma empresa mineradora de carvão falida.

> *Três meses sem salários, greve, falência da CBCA e a futura estatização da mineradora de carvão acenderam o estopim para um conflito até então nunca visto em Criciúma: milhares de mineiros - os da CBCA e de outras minas - montam acampamento sobre os trilhos e impedem o escoamento de toda a produção de carvão do município. Enfrentam a polícia e Argemiro Vitorino vê sua mulher sentir as primeiras dores para o nascimento de sua filha Paula, hoje com 10 anos.*
> *- Botamos a polícia para correr, mas fomos surpreendidos à noite por um batalhão de 250 PMs, munidos com bombas de gás lacrimogêneo. Minha filha nasceu no meio do fogo cruzado - lembra Vitorino.*
> *A luta valeu a pena. Os mineiros conquistam a opinião pública, o pagamento de um mês de salário e a autorização para o Sindicato dos Mineiros assumir como síndico da massa falida. Em agosto de 87, os mineiros começam a administrar a empresa.*
> *- Tivemos dinheiro do Governo para começar a explorar outra mina da CBCA, mas durante uns três meses recebemos apenas vale-alimentação e o pagamento das contas de luz e água - conta Vitorino.*

[33] Essas organizações autogestionárias têm recebido forte com a Cáritas Brasileira, uma instituição da Igreja Católica, segmento da Igreja Internacional. A Cáritas desenvolve seus projetos com os fundos advindos da Campanha de Solidariedade e com fundo oriundos de instituições confessionais dos países do 'Primeiro Mundo'. Ver mais a respeito: SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária. In: BOAVENTURA SOUZA SANTOS. (org) *Produzir para viver*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.p.116-8.

Até 1992, os salários voltaram , mas com atraso de 15 dias ou com pagamento parcelado. Problemas internos para administrar as diferenças de 800 mineiros e a falta de alguém para pensar a empresa fazem o sindicato indicar Valério Preis para a administrar a mina.
- Percebi que para pagar os salários vendíamos um carvão de melhor qualidade por um preço menor e com prejuízo. As dívidas acumulavam. Cortamos tudo foi que foi possível e conseguimos parar com essa produção e abastecer somente a Eletrosul - conta Preis, hoje presidente da Cooperminas.
Mas as dificuldades prosseguiram. Em 1994, a Justiça arrenda a mina para um empresário da região. Novos conflitos. Os mineiros, para impedir a retomada da empresa, abrem trincheiras no caminho, envolvem o corpo com dinamite e ameaçam explodir tudo. A Justiça volta atrás.
Os pedidos da Eletrosul aumentam e uma certa normalidade começa a fazer parte da vida dos 405 mineiros da CBCA. Hoje, a situação continua indefinida, já que para vender para a Eletrosul, usam outra empresa para emitir as notas. Um acordo com o ex-proprietário poderá ser a solução definitiva para o grupo. Eles vão assumir as dívidas trabalhistas, cerca de R$ 1,5 milhão, e as com o INSS, R$ 12 milhões, que eles buscam baixar para R$ 4 milhões. O ex-proprietário fica com as dívidas bancárias.
Como vitórias, eles contabilizam a redução da carga horária de 36 para 30 horas semanais, a substituição dos caminhões caçamba usados para o transporte dos mineiros por ônibus, a montagem de uma clínica, os exames periódicos para verificar os efeitos do trabalho na mina e prevenir as doenças da função como a pneumoconiose (doença do pulmão que ataca o mineiro).
Hoje, eles garantem a aposentadoria após 15 anos e o pagamento do salário médio de R$ 600. A produção alcança 20 mil toneladas por mês, o patrimônio é de R$ 10 milhões e o faturamento mensal é de R$ 1 milhão.
Apesar das vitórias, os mineiros ainda convivem com o fantasma do desabamento, a escuridão das galerias 150 metros abaixo da superfície, as caminhadas diárias dentro da mina que chegam a cinco quilômetros, o barulho ensurdecedor das furadeiras e a poluição a olho nu do carvão, que gruda no pulmão.
Mas as opções em Criciúma são poucas. A cerâmica foi abandonada por Wanderlei Gomes de Mello para se poder aposentar mais cedo. Ricardo de Oliveira dá mais valor ao fato de ser dono:
- Aqui é diferente. Respeitam a opinião da gente - observa Oliveira.[34]

A cooperativa encontra-se atualmente em funcionamento. Produz cerca de 15 mil toneladas de carvão mineral por mês. Tem cerca de 400 trabalhadores, todos associados da cooperativa. O plano de cargos e salários tem sete patamares e o maior salário não pode ser mais que 4,5 vezes superior ao menor. A cooperativa é vinculada à Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária (ANTEAG), uma iniciativa organizadora do movimento em ascensão nos anos 90. A Cooperminas é uma das mais antigas autogestionárias agregadas à ANTEAG.[35]

- **COOPERMETAL, EM CRICIÚMA**

Também é oriunda de uma empresa falida nos anos 80. Os trabalhadores assumem a gestão da empresa (e, no início, também as dívidas) e por meio de uma cooperativa autogestionária, passam a produzir equipamentos como ferramentas e peças metalúrgicas fundidas para outras indústrias, com tecnologia recente. Atualmente são cooperados 80 trabalhadores.

- **BRUSCOR (COOPERATIVA DE CORDAS E CORDOAMENTOS), EM BRUSQUE**

Essa iniciativa foi fundada há 15 anos, após um processo falimentar da empresa, um grupo de 20 trabalhadores assume o controle sob a forma de autogestão.

a Bruscor nasceu de um sonho de juventude de cinco amigos que participavam da Pastoral da Juventude na Igreja de Brusque, em Santa Catarina. Depois de uma tentativa frustrada de fabricar telas para pintura, o grupo formado por sócios entre 18 a 30 anos teve uma oportunidade concreta, em 1987. Conseguiram um empréstimo com o pai de um deles para comprar máquinas, construíram um galpão no terreno de outro e o

---

[34] ALMEIDA,C.Trabalhadoresnocomando,sucessonasempresas.http://www.sindicato.com.br/artigos/comando.htm 14/05/2003. 23:55h.
[35] Ver mais a respeito: FANTIN, M. *Os significados da experiência de gestão de uma mina pelos trabalhadores em Criciúma, Santa Catarina*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social/UFSC, 1992.

sonho se transformou em realidade: a primeira fábrica sem diretor, chefe, encarregado ou qualquer outro cargo que cheire a chefia.
Dalton Correa, Ana Beatriz e Walmir Ludvig, José e Salete Flor, Idalina e Antonio Mello, Geraldo, Tarcísio e Sueli Venturelli, Renildes e Rosimar Comandolli, Eloi Lyra, Sérgio Luiz Decker e Nilton Eduardo Paloschi são agora os administradores desse sonho.
Na Bruscor, fábrica de cordas e cadarços, o salário de R$ 500 é igual para todos e de dois em dois anos há um rodízio nas funções. Um galpão é reservado pelo grupo somente para atender à comunidade em torno da fábrica e nele aconteceram velórios e casamentos.
As dificuldades, por causa da crise do setor têxtil na região, foram resolvidas com corte nas retiradas. A prioridade era para as famílias com filhos e de quem tinha dívidas a pagar. Nessa época, assou-se frango, fez-se pão caseiro, reformas de sofás e geladeiras para não desistir do sonho. Passada a crise, investiu-se em cursos de vivência pessoal para ajudar os sócios a encararem o novo papel de dono e empregado ao mesmo tempo. Os problemas físicos são resolvidos com ginástica corretiva.
- Tivemos nossos erros, como não deixar ninguém para pensar a empresa. Por causa disso, vamos entrar com um produto no mercado com dois anos de atraso- afirma Geraldo Venturelli.
Hoje, a empresa está vencendo a crise e tenta investir em outros projetos também na mesma forma de organização: autogestão, nas áreas de informática, agrícola, de costura e uma fábrica de elásticos adotada pelo grupo.[36]

Apesar de possuir uma existência longa, se comparada aos demais empreendimentos alternativos, os seus associados participam, ativamente, junto ao Movimento dos Trabalhadores em Brusque e também do Partido dos Trabalhadores. No aspecto produtivo possui tecnologia rudimentar para a confecção de cordas e cordoamentos e ainda enfrenta muitas dificuldades na alocação de seus produtos. Encontra-se em funcionamento.

- **COOPERATIVAS NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA, EM SANTA CATARINA**

As respostas ao desemprego ganharam maior impulso nos anos 90. Desde então, um conjunto de iniciativas foram registradas nas áreas de baixa densidade urbana ou mesmo rural. Entre elas estão algumas cooperativas que surgiram no bojo do movimento em prol da reforma agrária, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

A partir de 1986, começa a discussão de como organizar os assentados , com o I Encontro Nacional de Assentados, em que estiveram representados 76 assentamentos de 11 estados. Apesar da resistência inicial ao cooperativismo 'pelas experiências negativas do modelo tradicional do cooperativismo, caracterizado como grandes empresas agroindustriais que desenvolveram uma política de exploração econômica dos agricultores' a discussão evoluiu a favor do cooperativismo, em termos que hoje diríamos serem os da economia solidária.

Durante a Nova República (1985-1989), multiplicaram-se as associações nos assentamentos, estimuladas pelos órgãos governamentais de extensão rural, especialmente a Emater. A aceitação do cooperativismo se dá gradualmente. Em 1988, foi organizado um 'Manual de Cooperação Agrícola' do MST. Em 1989, o MST passa a tentar organizar a produção nos Laboratórios Organizacionais, metodologia desenvolvida por Clodomir de Moraes, a partir da experiência das Ligas Camponesas e que visa a formação de cooperativas de produção autogestionárias. Criam-se, ainda em 1989, as primeiras CPAs (Cooperativas de Produção Agropecuárias) no Rio Grande do Sul: a Coopanor e a Cooptil. Nessa fase, ***a motivação para organizar a produção passa a ser econômica (acumular capital) e política (liberar quadros e procurar sustentar o MST)****.* (SINGER, 2002:103-4)[37] grifos meus.

Em Santa Catarina o MST possui 12 cooperativas. Algumas delas encontram-se temporariamente desativadas, e, outras, em fase de reestruturação como vemos no quadro ao final do texto

[36] ALMEIDA, C. op cit.www.sindicato.com.br/artigos/comando.htm. 14/05/2003. 23:55h.
[37] SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária. In: BOAVENTURA SOUZA SANTOS. (org) *Produzir para viver*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002. p. 103-4.

As experiências cooperativas no MST têm gerado um arrazoado de polêmicas, dentro e fora do movimento. Internamente ao movimento surgiram muitas críticas diante do fracasso da estratégia 'econômica' que as obrigou a fechar as suas portas.

Se como vimos, um dos objetivos estratégicos, da forma cooperativa proposta pelo MST era assegurar sustentação política, em Santa Catarina, o alcance não pode ser questionado. Hoje, encontramos diversas lideranças catarinenses liberadas para atuando dentro e fora do estado. Entretanto, a solução é também um problema o que tem dado margem à crítica, mais externa do que internamente ao MST.

CONCLUSÃO PRELIMINAR: A SOLUÇÃO QUE SE CONSTITUI NUM PROBLEMA

A pesquisa sobre o desemprego e Cooperativismo encontra-se em andamento, portanto, o que apresentamos, a seguir, refletem preliminares tomadas de posição do que propriamente conclusões.

Sob uma perspectiva teórico-metodológica podemos perceber que ocorrem importantes mutações na categoria social desempregado. Desde a sua gênese, percebemos tentativas de dissipar certas ilusões positivistas sobre o nível e a natureza do desemprego. Contemporâneo da forma social que elege a industrialização como carro chefe, longe de diminuir o desemprego se agudiza ao final do século XX. Assim, considerar o desemprego como uma categoria sociológica problemática é um meio de compreender que a crise de emprego é também uma crise de trabalho. Ambos são construções sociais de uma determinada temporalidade. Isto posto, cabem as indagações: qual o limite da tolerância social a respeito desse problema de invalidação social e que não significa apenas exclusão social.? O que é possível fazer para re-inserir esse conjunto de população invalidado socialmente que em algumas cidades, como São Paulo, alcança 20% da população? O que é possível fazer para acabar com o desemprego que ameaça deixar exangue o todo social?

Nesse sentido, a análise e o reconhecimento das alternativas representam uma possibilidade, ainda que contraditoriamente contenham problemas de difícil solução imediata.

Com relação ao cooperativismo e associativismo em geral, essas formas, com raras exceções esbarram em mais dificuldades do que facilidades.

A menção ao cooperativismo, como forma de opor-se ao capital se insere dentro daquilo que as Ciências Sociais denominaram de socialismo anterior a Marx ou utópico. Não tem a *grandeza* da Utopia de Thomas Morus, publicado em 1516, nem tampouco a *prática* de Owen.

Morus em a Utopia volta-se para o futuro de superação da sociedade de classes. Teceu dura crítica ao modo de vida, em que o feudalismo em desagregação amalgamava com o mercantilismo em ascensão. Como alternativa imaginou uma ilha na qual deveria assentar uma nova sociedade sem as mazelas da real existente.

Owen, em 1800 assume a direção da fábrica de New Lamarck e põe em prática um projeto de reforma social, via instituição de uma mescla de mutualismo, filantropia e cooperativismo. A sua prática volta-se para o passado na medida em que procura fortalecer a sobrevivência de pequenos produtores artesãos voltados para a auto-sustentação.

A cooperativa proposta é uma espécie de soma das partes (os produtores) que pensam uma transformação social embora, ainda mantendo as partes.

A obra dos três utópicos mais relevantes é rigorosamente contemporânea: Saint Simon publica *As cartas de Genebra* em 1802; Fourier, em 1807 publica *A teoria dos Quatro movimentos*; e Owen assume a fábrica em 1800, em *New Lamarck*, como dissemos. (TEIXEIRA, 2002: 28). Uma outra experiência cooperativa relevante vem a seguir em Rochdale, em 1844. quando os tecelões assumem a fábrica e fundam alguns princípios contra os males do que eram considerados os males do capitalismo.

Sem termos a pretensão de esgotar o assunto elencamos alguns pontos para debate:

1) Essas experiências foram anteriores a Marx. Esse autor pode ser entendido como um marco relevante tanto pela explicação que formula com relação ao desemprego,

como intrínseco e não externo ao processo de produzir acumulação de capital. Esse por sua vez, tem, como contrapartida necessária, a produção de uma população cada vez maior de miseráveis, o exército industrial de reserva. A ampliação e a intensificação do trabalho, ao contrário, portanto, do assalariamento como vemos disseminado, representa apenas a atualização prática do exército industrial de reserva. Os nomes atuais utilizados, colaboradores, terceirizados ou autônomos, ao invés de empregados, reafirmam a forma aparente da acumulação capitalista. E o que é isso senão mais valia?

2) No que diz respeito especificamente à alternativa do desemprego na forma de cooperativismo, Marx também marca época e suas críticas constituem um divisor de águas. Essas experiências propõem o retorno ao passado. Os seus princípios sustentam-se pela relativa facilidade numa economia em que o básico é a produção de subsistência dos produtores. Mas, quando as cooperativas transformam-se em empresas capitalistas a contradição entre o ideário e a prática torna-se inevitável. Não se sustentam com a supressão do lucro.

3) *Querer não é poder*. A centralização de capital –um movimento absolutamente não linear – e decorrência da produção de valor não poupa os processos cooperativos, fazendo com que tenham vida curta. No MST a saída encontrada, de busca de financiamento bancário para viabilizar a cooperativa do assentamento rural, transformou-se, de solução, num problema, em menos de uma década. O financiamento bancário obtido revelou, mais uma vez, o componente ilusório do movimento cooperativo. Acena, com uma mão, para a possibilidade de todo e qualquer produtor tornar-se um capitalista independente, mas, com outra, suga-lhe as forças inviabilizando-o. A ilusão do crédito fácil não tem outra face do que concentração e centralização do capital, uma das leis da acumulação capitalista. A concentração de riqueza, no limite colocou em cheque não apenas uma alternativa econômica de produção mas adentrou nas relações de poder, alterando-a, questionando o próprio movimento social. Entre mais de uma centena de cooperativas criadas, dentro do MST, no Brasil, poucas não faliram e, mesmo aquelas que ainda sobrevivem enfrentam problemas estruturais para sobrevivência. Nas regiões mais urbanizadas, igualmente o recurso de associações e cooperativas autogestionárias têm sido adotadas, porém tem vida efêmera.

4) Se por um lado, esses projetos estimulam e abrem espaços para a construção de uma alternativa que valoriza as especificidades dos desempregados, por outro, persiste ainda um desconhecimento de como se opera a participação dos diversos grupos sociais que atuam nas atividades produtivas autogestionárias. A indagação principal dos estudos sobre as cooperativas de trabalho e de renda diz respeito às condições segundo as quais uma cooperativa pode se consolidar e se manter. Persistem também dificuldades para o reconhecimento das características, necessidades e aspirações dos diversos segmentos que compõem essa categoria social. Na recente crise brasileira de 1999, os banqueiros ganharam, nesse ano, 9,9 bilhões, e os trabalhadores perderam algo em torno de 40%.[38]

O resultado consolidado de 50 bancos aponta um lucro líquido de R$9,9 bilhões. Apenas 2 tiveram prejuízo (Banestado e Bandeirantes) e 3 (Boavista, Rural e Alfa) apresentaram resultados inferiores a 1998. Isto propiciou o crescimento da rentabilidade patrimonial: apenas 4 bancos ficaram abaixo de 10%, 9 bancos ficaram entre 10% e 15%, 7 bancos entre 15% e 20%, e 19% dos bancos obtiveram taxas superiores a 20% no ano. O elevado retorno da atividade bancária no Brasil, nos últimos anos, tem sido lido como uma capacidade destas empresas em adaptar-se e aproveitar novos nichos de negócios numa economia em franca

[38] A taxa de lucro dos bancos estrangeiros, no Brasil, em 1998, foi de 852%, enquanto que, no mesmo período, os bancos nacionais ganham 55%, segundo o *Boletim DIEESE*. Setor Financeiro: Conjuntura, resultados, remuneração e emprego. São Paulo: junho de 2000.

transformação. ***'Entretanto se observado o quadro de elevado desemprego e exclusão social, estagnação econômica e de dificuldades generalizadas no setor produtivo (falências, atraso tecnológico, descapitalização) dever-se-ia ler que eles permanecem como sócios da crise***. [39]Grifo dos autores.

No intuito da construção de uma outra economia, nem sempre de eficácia assegurada, essas experiências servem como ponto de partida da compreensão dos limites do desemprego. Individualmente considerado, não possui mais do que saídas ilusórias e de eficácia duvidosa. Coletivamente assumido confronta-se, contraditoriamente, com a estrutura, o que remete à discussão, não da forma mas do se conteúdo, do movimento social que o conforma.

[39] Boletim *DIEESE*. Setor Financeiro: Conjuntura, resultados, remuneração e emprego. São Paulo: junho de 2000: 7.

QUADRO SOBRE A SITUAÇÃO ATUAL DAS COOPERATIVAS VINCULADAS AO MST EM SANTA CATARINA

Nome/Empresa	Data de Fund.	Nº de Sócios	Finalidade	Situ
CCA/SC	18/12/1988	8 Cooperativas 3 Associações	Central das Cooperativas da Reforma Agrária de SC (Sócios pessoas jurídicas) Coordena a produção dos assentamentos do MST.	Em
COOPEROESTE	20/07/199	Aprox. 350	Prestação de Serviços a assentados e pequenos agricultores. (atua principalmente na agroindustrialização do leite e produção de semente de milho).	Em
COOPERCONTESTADO	30/10/1997	Aprox. 200	Prestação de Serviços, produção de leite e agroindustrialização e também produção de grãos (empacotamento)	Esteve em c incompletos recursos. retomada da
COOPERJUS	31/07/1994	Aprox. 280	Prestação de Serviço – Produção de leite e grãos	Parada, sem se uma dis com outra co
COOPERCOM	Sem informações	Aprox. 180	Prestação de serviços	Sem atividad
COOPAGRO	25/10/1990	29 famílias	Coop. de Produção agropecuária. (Terra e Trabalho coletivo).	Em atividade
COOPERCAN	22/08/1997	22 pessoas	Coop. de Produção agropecuária. (Terra e Trabalho coletivo).	Em atividade
COOPERUNIÃO	Sem informações	60 famílias	Coop. de Produção agropecuária. (Terra e Trabalho coletivo).	Em atividade
COOPRANOVA	26/09/1991	12 famílias	Coop. de Produção agropecuária. (Terra e Trabalho coletivo).	Em atividade
COOPTRASC	Agosto de 1997	Aprox. 80	Cooperativa de Trabalho (Prestação de Serviço).	Em atividade
COOPTAASC	Sem informações	Aprox. 60	Cooperativa de Trabalho (Prestação de Serviço).	Em atividade
COOP. PADRE JOSIMO TAVARES	2002.	Aprox. 60	Cooperativa de Trabalho (Prestação de Serviço).	Em atividade

Fonte: secretaria geral do MST/SC, maio de 2003.